



## ENTRE A GESTÃO E A DOCÊNCIA: A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE MACEIÓ (AL)

ANJOS, Cleriston Izidro dos<sup>1</sup>  
 ARAUJO FILHA, Angelina Melo de<sup>2</sup>

**Grupo de Trabalho (GT): Infâncias, Juventudes e Processos Educativos.**

### RESUMO

Esta investigação analisa a relevância da formação continuada oferecida pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió (AL) para a atuação do coordenador pedagógico na Educação Infantil. Por meio de abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, observação estruturada, entrevistas semiestruturadas e em profundidade e grupos focais, envolvendo 4 coordenadores, 8 professores, 4 gestores e 10 técnicos, a análise (ATLAS.ti v7.5.4) examinou contribuições da formação para a gestão pedagógica e institucional. Os resultados indicam fragilidades formativas e gerenciais, bem como limitações da oferta formativa para suprir tais lacunas. Apontam-se carências teóricas, dificuldades materiais e organizacionais e desmotivação decorrente de reconhecimento insuficiente. Recomenda-se estruturar formação contínua articulada às Orientações Curriculares (Maceió, 2015) e à LDBEN nº 9.394/96 (Brasil, 1996), com planejamento anual e tratamento institucional de infraestrutura e valorização do cargo.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Coordenação pedagógica. Educação Infantil. Maceió (AL). Políticas públicas.

### INTRODUÇÃO

A pesquisa analisou a contribuição da formação continuada oferecida pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió – SEMED/Maceió (AL) para a gestão pedagógica e institucional do coordenador pedagógico na Educação Infantil. Baseou-se em recorte da dissertação “Um Estudo sobre a Formação Oferecida ao Coordenador Pedagógico e suas Atividades nas Instituições de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Maceió, Estado de Alagoas/Brasil” (Araujo Filha, 2019) e utilizou abordagem qualitativa para explicitar aspectos centrais do aprimoramento profissional contínuo. No cenário normativo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (Brasil, 2009) e as Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil – DONQEEI (Brasil, 2024) afirmam a centralidade da formação em serviço, da documentação pedagógica e da avaliação formativa. Assim, o problema delimitado focaliza a complexidade do papel do coordenador como articulador de práticas e formador de professores, diante de fragilidades identitárias e deslocamentos para tarefas administrativas. Nesse contexto, formulou-se a questão que orientou objetivos e percurso

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas. E-mail: cianjos@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Secretaria de Estado da Educação de Alagoas. E-mail: angelinamaf7@gmail.com





metodológico: qual a contribuição que o coordenador recebe da SEMED, por meio da formação continuada, com impacto em sua gestão pedagógica e institucional?

A pertinência do estudo cresce no marco das DONQEEI (Res. CNE/CEB nº 1/2024), que orientam políticas, gestão e avaliação com foco em qualidade e equidade em cinco dimensões — gestão democrática, identidade e formação profissional, proposta pedagógica, avaliação e infraestrutura — e convocam os municípios a fortalecer governança e monitoramento. O desenvolvimento profissional do coordenador torna-se, assim, eixo estratégico para a implementação de políticas e melhoria das práticas.

Em consonância com as DCNEI (Res. CNE/CEB nº 5/2009; MEC, 2009), o currículo é compreendido como conjunto de práticas que articula experiências e saberes das crianças a conhecimentos socialmente construídos, orientado por princípios éticos, políticos e estéticos. Interações e brincadeira são eixos norteadores; cuidado e educação são indissociáveis; e a avaliação ocorre por acompanhamento e documentação, sem fins seletivos. A formação continuada do coordenador precisa sustentar tais princípios no projeto político-pedagógico (PPP), fortalecer a documentação pedagógica e apoiar a organização de tempos e espaços, alinhando suas mediações às finalidades da etapa.

## OBJETIVOS

O estudo tem por objetivo geral analisar em que medida a formação continuada promovida pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió – SEMED/Maceió (AL) contribui para a gestão pedagógica e institucional do coordenador pedagógico na Educação Infantil, considerando o papel desse profissional na articulação de práticas, no acompanhamento de processos e na promoção do desenvolvimento integral das crianças e da profissionalidade docente.

Especificamente, busca-se identificar as dificuldades teóricas e práticas encontradas pelos coordenadores em sua atuação como formadores; analisar como a formação continuada repercute no desenvolvimento e na aprendizagem de professores e crianças pequenas; e propor um modelo de formação contínua adequado à rede municipal de Maceió, em consonância com as Orientações Curriculares para a Educação Infantil (Maceió, 2015).





## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A investigação parte da ideia de que a formação continuada é o eixo que sustenta o trabalho do(a) coordenador(a) pedagógico(a) e que a gestão pedagógica precisa articular currículo, avaliação formativa e condições institucionais para garantir o desenvolvimento integral das crianças e a profissionalidade docente. Em diálogo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Brasil, 1996), as DCNEI (Brasil, 2009) e as Orientações Curriculares de Maceió (Maceió, 2015), o currículo é entendido como conjunto de práticas e, no âmbito local, assume a perspectiva de “currículo ampliado”: orienta o planejamento, a organização de tempos e espaços e a avaliação por acompanhamento e documentação, sem finalidade seletiva (Maceió, 2015; Brasil, 2009).

No marco municipal, as Orientações Curriculares propõem reorganizar tempos, espaços e materiais para favorecer as múltiplas linguagens infantis e sustentam observação, registro e documentação como dispositivos formativos de professores e coordenação. Esse movimento se articula a uma governança que incluiu seminários temáticos e formações em rede, fortalecendo a gestão democrática e a participação. Nessa configuração, o(a) coordenador(a) atua como articulador(a) da prática: lê o cotidiano, produz devolutivas qualificadas e alinha as mediações pedagógicas aos direitos das crianças (Maceió, 2015).

Em diálogo com o debate nacional, o dossiê organizado por Anjos e Carvalho (2022; 2021) alerta para os riscos de homogeneização na implantação da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil - BNCC-EI (Brasil, 2017) e de dispositivos de padronização, defendendo uma mediação qualificada do(a) coordenador(a) entre o prescrito e o vivido — com estudo da prática, narrativas e histórias de aprendizagem e a reorganização de tempos e espaços para o brincar e as múltiplas linguagens. Evidências recentes (Trindade; Marchiori; Mello, 2024) reforçam a eficácia de modelos colaborativos universidade–rede, da autoria docente e da escrita reflexiva na formação em serviço. Essas orientações convergem com as DONQEEI (Brasil, 2024), que estruturam a política em dimensões integradas (gestão democrática; identidade e formação profissional; proposta pedagógica; avaliação; infraestrutura) e orientam monitoramento, condições de trabalho e melhoria contínua do Projeto Político-Pedagógico (PPP) — campos nos quais a coordenação pedagógica é peça-chave.





## PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo qualitativo com um ano de trabalho de campo, combinando pesquisa bibliográfica e documental, observação estruturada, entrevistas semiestruturadas, entrevistas em profundidade e grupos focais. A amostragem foi intencional para integrar diferentes lugares de fala da rede: 4 coordenadores pedagógicos, 8 professores, 4 gestores escolares e 10 técnicos da SEMED. A análise ocorreu no ATLAS.ti v7.5.4, com codificação temática, anotações analíticas e triangulação de fontes e técnicas para reforço de validade. As entrevistas e a análise/ interpretação de dados foram conduzidas segundo balizas clássicas da pesquisa social (Gil, 2008), e a observação seguiu plano previamente delineado, com critérios de foco, registro e controle, conforme a distinção entre observação estruturada/não estruturada e sistemática/participante (Gil, 2008). Foram observados os princípios éticos da pesquisa com seres humanos (consentimento informado, sigilo e anonimização).

A vertente documental e bibliográfica operou em dois níveis complementares. Primeiro, uma análise documental histórico-arquivística de normativas e materiais institucionais (leis, diretrizes, PPPs, relatórios), tratando o documento em sua materialidade, contexto de produção e funções no campo educativo; segundo, uma pesquisa bibliográfica para mapear o estado da arte sobre formação continuada, coordenação pedagógica e Educação Infantil. Essa distinção metodológica segue o debate de Grazziotin; Klaus; Pereira (2022), que diferencia com precisão análise documental histórica de pesquisa bibliográfica e alerta para confusões recorrentes na área, orientando percursos e focos próprios a cada modalidade (Grazziotin; Klaus; Pereira, 2022).

Para a produção dialógica de dados, além das entrevistas, utilizamos grupos focais como dispositivos de argumentação, negociação de sentidos e construção coletiva de interpretações sobre a formação em serviço. A opção dialoga com referenciais de pesquisa em educação que tomam a análise de grupos como eixo metodológico e explicitam etapas e instrumental para apreender mediações simbólicas e processos coletivos (Silva; Valdemarin, 2010; Badia; Paula Carvalho, 2010). Esses aportes fundamentam o uso de grupos focais na captação de contrapontos, consensos parciais e marcadores culturais que emergem na interação entre pares.





## RESULTADOS

Os achados mostram que formação inicial e experiência docente, isoladamente, não sustentam as exigências da coordenação pedagógica nem uma reflexão sistemática da prática. As lacunas teóricas (conceitos de desenvolvimento infantil), os entraves materiais (insumos, tecnologia, mobiliário e espaços formativos), a gestão do tempo (choques de jornada/múltiplos vínculos) e a desmotivação por reconhecimento insuficiente criam um descompasso com as DCNEI, que concebem a proposta curricular com eixos nas interações e na brincadeira, articulada a experiências e à organização de espaços/tempos/materiais, e com avaliação por observação e documentação processual, sem fins seletivos.

Em Maceió, as Orientações Curriculares reafirmam essa diretriz e detalham a base legal para acompanhar e documentar as aprendizagens (inclusive à luz da LDB), o que reforça que a ausência de condições concretas inviabiliza a cultura de documentação e o acompanhamento formativo previstos.

Em resposta, os resultados indicam que a formação continuada precisa adotar lógica situada, com estudo da prática, devolutivas e laboratórios de documentação, alinhada aos eixos e procedimentos avaliativos processuais das DCNEI e ao currículo ampliado local. As próprias Orientações de Maceió registram que a política foi construída com oito seminários (parceria UFAL) e uma sistemática de registros do cotidiano que pautou as decisões — arranjo potente que precisa de escala, tempo protegido e meios técnicos para consolidar rotinas de observação, registro e partilha com as famílias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recomenda-se institucionalizar a formação continuada como política permanente — e não como oferta pontual — reconhecendo o(a) coordenador(a) pedagógico(a) como formador(a) em serviço e articulador(a) de currículo, tempos e espaços, documentação pedagógica e avaliação formativa. Essa política deve se ancorar na LDBEN nº 9.394 (Brasil, 1996), nas DCNEI (Brasil, 2009) e nas Orientações Curriculares de Maceió (Maceió, 2015), e tomar como referência os indicadores e dimensões das DONQEEI (Brasil, 2024) para orientar diagnóstico, metas e monitoramento. Na prática: organizar agendas anuais e





plurianuais com carga horária protegida, prever substituições para garantir a participação e integrar a formação ao PPP e ao planejamento institucional, assegurando condições de trabalho e valorização do cargo.

Propõe-se uma arquitetura de formação com módulos integrados e aprendizagem situada: (i) Fundamentos da Educação Infantil — currículo como práticas; interações e brincadeira; ética do cuidado e da escuta; documentação; (ii) Gestão da prática — planejamento, organização de tempos e espaços, observação e registro, devolutivas e estudo da prática; (iii) Justiça curricular — perspectiva antirracista, de gênero, territorial e inclusiva; (iv) Autoavaliação institucional e uso de evidências.

As metodologias incluem comunidades de prática, pares críticos, tutoria interpares, laboratórios de documentação e seminários temáticos. Para o monitoramento, recomenda-se alinhar indicadores às dimensões das DONQEEI (por exemplo: participação de famílias e crianças; horas de formação; qualidade de registros e portfólios; adequação de ambientes e materiais; carreira e saúde do trabalhador), com metas progressivas e planos de ação por CMEI — Centro Municipal de Educação Infantil.

A governança deve articular SEMED, unidades e parcerias acadêmicas, sob responsabilidade de uma comissão técnica encarregada de ciclos semestrais de planejamento, execução, verificação e ajuste, bem como de devolutivas públicas, vinculação da formação à valorização profissional (progressão, microcredenciais) e à oferta de apoios psicossociais (“cuidar de quem cuida”). Recomenda-se, ainda, fomentar a pesquisa da própria prática e ampliar a investigação sobre os impactos da formação na qualidade e na equidade (DONQEEI), assim como nas aprendizagens das crianças..

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Cleriston Izidro dos; CARVALHO, Rodrigo Saballa de. Dossiê “Educação infantil e currículo(s): cultura, docência e formação em debate” (segunda parte): Currículo da Educação Infantil: embates, tensionamentos e proposições. **Debates em Educação**, Maceió, v. 14, n. esp., p. 149-175, 2022.
- ANJOS, Cleriston Izidro dos; CARVALHO, Rodrigo Saballa de. Dossiê “Educação infantil e currículos: desafios, problematizações e propostas no tempo presente”. **Debates em Educação**, [s. l.], v. 13, n. 33, p. i–xv, 2021.





BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

TRINDADE, Laura Helmer; MARCHIORI, Alexandre Freitas; MELLO, André da Silva. Representações sociais de professoras/es de educação física: reflexões e ressignificações a partir da formação continuada. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 26, n. 50, p. 652-672, jul./dez. 2024.

ARAUJO FILHA, Angelina Melo de. **Um Estudo sobre a Formação Oferecida ao Coordenador Pedagógico e suas Atividades nas Instituições de Educação Infantil, da Rede Pública Municipal de Ensino de Maceió, Estado de Alagoas/Brasil**.

Dissertação (Mestrado) — Universidad SEK Chile, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Marilda da; VALDEMARIN, Vera Teresa (org.). **Pesquisa em educação: métodos e modos de fazer**. São Paulo: Cultura Acadêmica (Editora UNESP), 2010.

BADIA, Denis Domeneghetti; CARVALHO, José Carlos de Paula. A Escola de Grenoble e a cultura análise de grupos. In: SILVA, Marilda da; VALDEMARIN, Vera Teresa (org.).

**Pesquisa em educação: métodos e modos de fazer**. São Paulo: Cultura Acadêmica (Editora UNESP), 2010. p. 67–98.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi; KLAUS, Viviane; PEREIRA, Ana Paula Marques.

**Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos**. Pro-Posições, Campinas, v. 33, 2022.

